

À Presidente da
Comissão Permanente de Licitações de Obras – CPLO
Sra. Eralda Etra Maria Lessa
Superintendência Estadual de Licitações – SUPEL
Porto Velho-RO.

Senhora Presidente,

REF: EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 026/20/CPLO/SUPEL/RO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0009.332119/2019-11 DER/RO

A empresa **BETONTECH - TECNOLOGIA DE CONCRETO EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o nº **11.382.931/0001-18**, localizada à Rua Rio Candeias, nº 4171B – Nova Esperança, CEP 76822-550, Porto Velho/RO, por seu representante legal abaixo assinado, Sra. Suely Ribeiro de Araujo, portadora da cédula de identidade nº 1.859.838 SSP/DF e inscrita no CPF sob o nº 408.609.222-00, vem por este intermédio à presença de Vossa Senhoria, nos autos da Tomada de Preços em epígrafe, com fulcro no art.109, inciso I, alínea“a”, §2 da Lei 8.666/93, apresentar

RECURSO ADMINISTRATIVO

contra a decisão da ilustre Presidente de Comissão que desclassificou a Proposta Técnica da empresa **BETONTECH - TECNOLOGIA DE CONCRETO EIRELI**, no pleito licitatório acima mencionado e, conforme as razões a serem expostas, vislumbrar-se-á que a **Assessora Técnica de Gerência, Engenheira Civil, Valéria LourençoDias**, não considerou alguns itens ao analisar a qualificação técnica da proponente.

DA TEM PESTIVIDADE

De acordo com o art. 109, I, "a", da Lei nº. 8.666/93, combinado com § 50 do referido artigo, os licitantes têm prazo de 05 (cinco) dias úteis para a interposição do recurso, a contar do primeiro dia útil subsequente à publicação da ata. Considerando que o **AVISO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS TÉCNICAS – TOMADA DE PREÇOS nº 026/20/CPLO/SUPEL/RO**, foi publicado no dia 03/02/2021 - 13:08:28 (Quarta -Feira), tem-se a projeção do prazo recursal para 10/02/2021 (Quarta - feira). Destarte, inquestionável a tempestividade do presente instrumento recursal administrativo.

DOS FATOS

A Recorrente, **BETONTECH - TECNOLOGIA DE CONCRETO EIRELI**, *foi desclassificada por não atingir a pontuação mínima exigida no Edital.*

Ora Senhora Presidente, nota-se que a ilustre Técnica do Departamento Estadual de Estrada de Rodagem e Transporte – DER, pontuou alguns Profissionais de maneira errônea, não se atentando às exigências prevista no Edital no que tange a Qualificação Técnica da Proponente e Acervos Técnicos dos Profissionais apresentados.

Subitem 1.1.1 – Aspectos geometria e segurança, a empresa pontuou 2,5, mesmo apresentando detalhamento completo dos serviços, a nota foi somente (50% dos pontos), Solicitamos que seja reformulado a PONTUAÇÃO para (100%) somando 5,0 pontos.

Engenheiro Coordenador, Sr. Luiz Felipe Bastos Avila, Pontuou 03, sendo que conforme consta SUBITEM 2.3 da própria análise os ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA APRESENTADO pontuou 02 atestados, já no SUBITEM 2.4.2 só considerou 01 atestado, também não foi levado em consideração os serviços semelhantes nos outros Acervos apresentados, entre eles ELABORAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO, ELABORAÇÃO DE PROJETO COMPLETO DE UMA PONTE MISTA (AÇO E CONCRETO ARMADO 22M), REALIZAÇÃO DE LEVANTAMENTO BATIMÉTRICO, SONDAGEM MISTA, ENSAIOS GEOTECNICOS, LAUDO TÉCNICO, OBRAS DE DRENAGEM, EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE LEVANTAMENTO TOPOGRAFICO, de elaboração de projetos, execução e serviços semelhantes, conforme subitem b) Capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por **execução de obra ou serviço de Elaboração de Projeto Executivo de Engenharia e PCA ou por execução de objeto com características semelhantes ao ora licitado. (grifo nosso).**, visto que em todos atestados apresentados o engenheiro responsável é o Sr. Luiz Felipe, Solicitamos que seja reformulado a PONTUAÇÃO do mesmo e elevado **á 15**.

Engenheiro de Pavimentação Sr. Carlos Eduardo Lima Viana em **0 PONTOS**, não levando em consideração a CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO NET-000018177 apresentado, tendo em vista que constam serviços de ELABORAÇÃO PROJETO DE ACESSO RODOVIÁRIO DA BR 425 AO AUTO POSTO REBOUÇAS LOCALIZADO NO KM 97 LADO DIREITO. ATENDENDO ESPECIFICAÇÕES DO MANUAL DE ACESSO DE PROPRIEDADES MARGINAIS A RODOVIAS FEDERAIS - DNIT. ATENDENDO AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES; - LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO DE ACESSO LATERAL COM 1.000 METROS DE EXTENSÃO. - SINALIZAÇÃO VIÁRIA NORMA DNIT - DIMENSIONAMENTO DE ESTRUTURA DO CORPO ESTRADAL COM SUBLEITO, SUB BASE, BASE, PAVIMENTAÇÃO EM CBUQ EXTENSÃO DE 1.000 METROS, 8 METROS DE LARGURA. - ELABORAÇÃO DE DISPOSITIVO DE DRENAGEM CONFORME ESPECIFICAÇÃO DNIT. - DISPOSITIVO DE SEGURANÇA FÍSICO CONFORME NORMA DNIT. De acordo com o subitem **b)** Capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por **execução de obra ou serviço de Elaboração de Projeto Executivo de Engenharia e PCA ou por execução de objeto com características semelhantes ao ora licitado. (grifo nosso).** O referido edital está bem claro no que tange a qualificação, visto que exige a apresentação de atestado de EXECUÇÃO DE OBRA ou serviços de Elaboração de Projeto Executivo de Engenharia, assim a empresa nesse quesito atendeu as exigência onde o profissional apresentou 01 atestado de elaboração de Projeto e 01 atestado de execução, com características semelhantes, conforme o Edital. Solicitamos que seja reformulado a PONTUAÇÃO do mesmo e elevado no mínimo **03**.

Geólogo Sr. Alexandre Francisco Petolchckny, **pontuou 0**, dentro de suas atribuições foram apresentados Acervos semelhantes aos serviços que serão contratados, como MAPEAMENTO GEOLÓGICO PARA ESTUDO AMBIENTAL, LEVANTAMENTO GEOLOGICO, ELABORAÇÃO DE PROJETO LICENCIAMENTO AMBIENTAL, ENSAIO DE PERMEABILIDADE DO SOLO, serviços em conformidade com o subitem b) Capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por **execução de obra ou serviço de Elaboração de Projeto Executivo de Engenharia e PCA ou por execução de objeto com características semelhantes ao ora licitado. (grifo nosso).** Solicitamos que seja reformulado a PONTUAÇÃO do mesmo e elevado no mínimo **05**.

O Engenheiro em Drenagem e/ou Estudos Hidrológicos. Sr. Ricardo Marçal Freire, **pontuou 0**, vale ressaltar que o mesmo apresentou atestados de serviços de Drenagem, estudo hidrológicos, como EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE O.A.E., BTCC, ELABORAÇÃO DE PROJETO PONTE MISTA, onde consta **ESTUDO HIDROLÓGICO**, PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RODOVIA GO 108, SERVIÇO DE CONSTRUÇÃO BR 020 E CONSERVAÇÃO/RESTAURAÇÃO BR 316, ELABORAÇÃO DE PROJETO CARAIBAS, serviços compatíveis com o exigido em edital, conforme subitem b) Capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por **execução de obra ou serviço de Elaboração de Projeto Executivo de Engenharia e PCA ou por execução de objeto com características semelhantes ao ora licitado.** (*grifo nosso*). Solicitamos que seja reformulado a PONTUAÇÃO do mesmo e elevado a **05**.

Ocorre que os dois conceitos previstos na Lei nº 8.666/93 para a qualificação técnico-profissional não permitem definição objetiva e absoluta. Pelo contrário, devem ser definidos com base na eleição de parâmetros que resem devidamente motivados no processo administrativo de contratação como sendo adequados, necessários, suficientes, pertinentes e semelhantes ao objeto licitado.

A formação desses conceitos deve ser feita em vista da determinação constitucional constante do inc. XXI do art. 37 da Constituição da República,segundoa qual a Administraçãosomentepoderáexigir das licitantes acomprovação de aspectos técnicos e econômicos indispensáveis ao cumprimentodas obrigações inerentes ao futurocontrato.

CaberessaltarqueaConstituiçãoFederalprevê,noseuart.37,XXI,acontrataçã o deobras,serviços,comprasealienaçõesmedianteaobservaçãodoprincípioda isonomia, assegurando a todos os concorrentes a igualdade de condições. A obrigatoriedade da aplicação do princípio é reiterada no art. 30 da lei8.666/93.

O princípio da isonomia pode ser considerado como um instrumento regulador dasnormas,paraquetodososdestinatáriosdedeterminadaleirecebamtratamentoigual is.

Todos os dispositivos da lei de licitações ou regulamentação de um específico processo licitatório devem ser interpretados à luz do princípio da

isonomia o qual, não objetiva a proibição de qualquer diferenciação entre os candidatos, pois se irá ocorrer naturalmente com a seleção da proposta mais vantajosa à administração pública, sua verdadeira aplicação é a vedação de qualquer discriminação arbitrária, que gere desvalia de proposta em proveito ou detrimento de alguém, resultado esse de interferências pessoais injustificadas de algum ocupante de cargo público.

Assim é obrigação da administração pública não é somente buscar a proposta mais vantajosa, mas também demonstrar que concedeu à todos os concorrentes aptos a mesma oportunidade.

Nota-se que a Lei ordena que o detentor deve possuir atestado de obra ou serviço de características **semelhantes ou similares**, pois existem serviços que possuem as mesmas tecnologias e os mesmos processos. Não há na Lei a exigência de quantitativo que não seja da parcela mais relevante!

A própria Lei norteadora do processo licitatório ordena que seja comprovada aptidão técnica em obra de complexidade semelhante ou similares, pois entende que o princípio da igualdade deve prevalecer, e quantos mais proponentes capacitados, melhor a Administração pública.

Insta salientar que a Administração Pública, em um processo licitatório, deverá zelar pela aptidão técnica das licitantes e por fim garantir a qualidade da obra, mas para isso deverá usar critérios objetivos e justos a fim de assegurar a capacidade técnica da futura contratada para execução do objeto a ser executado, mas tal critério não poderá ferir o princípio da igualdade, onde todas possam apresentar sua propostas bem como a sua capacidade técnica conforme exigências da Lei 8.666/93. O termo do Edital, previstos o que adiante especifica, o que faz na conformidade seguinte:

A Administração deve usar do princípio da proporcionalidade a fim de que não sejam comprometidos nem o interesse público nem a equidade entre os concorrentes, para que assim a licitação ocorra de forma justa e que venha a sanar as necessidades que ela se propõe.

Conforme exposto, a licitação visa permitir a participação do maior número possível de participante na concorrência visando contratar com a Administração Pública, em um processo seletivo que lhes permita igualdade de condições, fazendo com que o Poder Público possa pactuar com aquele que lhe ofereça melhores condições técnicas e econômicas, com a segurança exigida.

Qualquer desvio desse rumo que vise ou venha a limitar o universo de participantes e, conseqüentemente, a livre concorrência, caracteriza infração à ordem econômica, sendo passível de punição, independente de culpa, conforme previsto no artigo 20, da Lei nº 8.884, de 11/06/1994.

Portanto para a caracterização do crime, basta individualizar o perigo de

prejuízo à livre concorrência, independente da vontade do agente, e as exigências ilegais ou desnecessárias, que prejudiquem a participação de concorrentes que têm condições de executar o objeto do concurso, infringem a ordem econômica, em virtude do prejuízo à livre concorrência, ainda que apenas parcial

É óbvio, sábio Julgador, que o importante no certame licitatório é a sociedade e esta certamente será beneficiada com proposta mais vantajosa por cada item. É isto que almeja a Recorrente.

Segundo José dos Santos Carvalho Filho, licitação é o procedimento administrativo vinculado por *meio do qual os entes da Administração Pública e aqueles* por ela controlados selecionam a melhor proposta *entre* as oferecidas pelos vários interessados, com dois *objetivos* – a celebração de contrato, ou a obtenção do *melhor trabalho técnico, artístico ou científico*.

A doutrina e jurisprudência brasileira no campo do Direito Administrativo estão absolutamente acordes sobre o cumprimento dos princípios constitucionais da isonomia entre os licitantes e a escolha da proposta mais vantajosa para a administração e neste sentido opresenterecursobuscaareformadadecisãoque sepautouemregratãosevera:

Vale insistir da inconstitucionalidade de exigências excessivas, no tocante à qualificação técnica. Observe-se que a natureza do requisito é incompatível com disciplina precisa, minuciosa e exaustiva por parte da Lei. É impossível deixar de remeter à avaliação da Administração a fixação dos requisitos de habilitação técnica. Essa competência discricionária não pode ser utilizada para frustrar a vontade constitucional de garantir exposto acima." - grifo nosso (Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 110 edição - p.336 - Marcai Justen Filho).

No campo doutrinário, traz a Recorrente à lição do Profº Carlos Ari Sunfeld, em sua obra "Licitação e Contrato Administrativo", Ed. Malheiros, 2º ed., 1995:

"Claro, a licitação não se conduz pelo culto vazio das formas, pelo rigorismo estéril e sem conteúdo. O formalismo nela, é um instrumento da Igualdade e moralidade: as regras do edital são inalteráveis a meio a caminho, pois isso

beneficiaria um licitante em favor de outro; ... Em suma, o rigor formal não existe em si. mas pela igualdade e probidade." (grifonosso).

Portanto, tendo comprovado que houve divergências na pontuação, desclassificando equivocadamente a Recorrente na Proposta Técnica, com 45,50 e mesmo assim não foram observados todos os aspectos legais conforme consta em edital, sendo necessário portanto, uma nova reanálise por parte do Departamento Estadual de Estrada de Rodagem e Transporte – DER, levando em consideração os apontamentos feito por pela recorrente, pois demonstra, claramente, que a empresa esta apta em sua Proposta Técnica..

1- DO PEDIDO

Diante do exposto REQUER que seja feito uma REANALISE a NOTA TÉCNICA DA RECORRENTE, haja vista que durante a Análise Técnica realizada de maneira muito SUPERFICIAL, não foram avaliados pontos importantes contidos nas entrelinhas dos ATESTADOS E CERTIDÕES TÉCNICAS, cujas informações importantes evidenciam a verdadeira capacidade técnica da equipe da empresa BETONTECH, que em nosso entendimento não pode pontuar abaixo de 73,00 pontos, atingindo a pontuação mínima e portanto HABILITADA para a fase de PROPOSTA DE PREÇOS.

Neste termos, pede deferimento!

Porto Velho/RO, 10 de fevereiro de 2021.

**SUELY RIBEIRO DE
ARAUJO:4086092
2200**

Assinado de forma digital
por SUELY RIBEIRO DE
ARAUJO:40860922200
Dados: 2021.02.10 09:39:29
-03'00'

BETONTECH – TEC. DE CONCRETO EIRELI
Suely Ribeiro de Araujo
CPF: 408.609.222-00
Diretora

**LUIZ FELIPE BASTOS
AVILA:90812972600**

Assinado de forma digital
por LUIZ FELIPE BASTOS
AVILA:90812972600
Dados: 2021.02.10 09:39:56
-03'00'

Luiz Felipe Bastos Avila
CPF: 908.129.726-00
Coordenador